

Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil

Marta Cioccarì*

Resumo

Neste artigo, são analisadas trajetórias de trabalhadores que, em função de suas atividades sindicais e políticas, foram presos e perseguidos pela ditadura militar no Brasil. Dois deles eram líderes camponeses, respectivamente, em Pernambuco e no Ceará. O terceiro, mineiro de carvão, liderou importante greve da categoria no Rio Grande do Sul, no começo dos anos 60. Um aspecto significativo evidenciado não apenas nos relatos destes interlocutores como também verificado em pesquisa documental é que as prisões e violências sofridas pelos trabalhadores contaram com o apoio e a colaboração direta dos patrões, como da companhia de mineração no sul, e do latifúndio, no nordeste do país. Na condução da pesquisa, adotou-se o método de entrevistas em profundidade, com histórias de vida e narrativas de episódios mais significativos, realizadas em 2006-2007 e em 2010-2011, assim como a pesquisa documental em arquivos públicos e privados.

Palavras-chave: Regime militar, memória, repressão, trabalhadores rurais, mineiros

Narratives of the repression: peasants and workers of the mines during the military regime in Brazil

Abstract

In this article, we analyze trajectories of workers who, because of their union activities and policies were arrested and persecuted during the military regime in Brazil. Two of them were peasant leaders, respectively, in Pernambuco and Ceara. The third, coal miner, led the category important strike in Rio Grande do Sul, in the early '60s. A significant aspect highlighted in the reports not only workers but also seen in documental research is that the arrests and violence suffered by the workers had the support and direct collaboration of patrons, such as the mining company in the South, and landowners in the Northeast country. In conducting the research, we adopted the method of in-depth interviews, life histories and narratives of the most remarkable episodes, conducted in 2006-2007 and 2010-2011, as well as documental research in public archives and private.

Keywords: Military regime, memory, repression, peasants, miners.

INTRODUÇÃO

Este estudo se debruça sobre narrativas e trajetórias de sindicalistas rurais e urbanos que foram perseguidos, presos e, em alguns casos, torturados, durante o regime militar no Brasil. Considero que estes relatos traduzem, para além de suas especificidades, um cotidiano menos conhecido das práticas da repressão – pública e privada - sobre trabalhadores que atuavam em suas categorias profissionais como lideranças de base no começo dos anos 60. Com pouca ou nenhuma escolaridade, os dois camponeses e o mineiro de carvão que elegi como personagens

destas histórias, respectivamente no nordeste e no sul do país, explicitam ainda com seu itinerário e com suas falas o esforço obstinado e a busca de autossuperação para conhecerem e defenderem os direitos dos trabalhadores e, ancorados nestes, atuarem na defesa da sua dignidade, em meio à perseguição patronal e policial que teve lugar de um canto a outro do país entre os anos de 1960 e 1980.

Neste período, como se sabe, a violência “privada” era exercida sob a cobertura e estímulo oficial, aliando grandes proprietários de terra e empresários de ramos diversos ao governo militar. Essas práticas privadas de repressão

*Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, UFRJ. Atualmente, é docente-pesquisadora Prodoc-CAPES na mesma instituição. E-mail: marta.cioccari@gmail.com

política vinham ao encontro dos interesses defendidos pelo regime militar a fim de barrar a organização dos trabalhadores em diferentes segmentos (Cioccarì; Carneiro, 2010). Por sua vez, a ação dos agentes da repressão do Estado atendia a interesses privados. Para se ter uma ideia do que isso representou, basta lembrar o fato de que, no nordeste, o Exército ocupou e interveio na maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais. Como analisou Koury (2010), dos 40 sindicatos existentes na época na zona da mata de Pernambuco, 38 sofreram intervenção imediatamente após o golpe. Destes, 26 tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT, até 1967. Por outro lado, as alianças dos militares não se limitavam ao elo tecido com as oligarquias rurais, mas envolviam ainda o universo industrial (Leite Lopes, 1988) e, num dos casos explorados por minha pesquisa, as companhias de mineração.

Neste artigo, desenho um cruzamento entre dados obtidos em diferentes investigações, visando iluminar aspectos cotidianos da repressão em dois segmentos de trabalhadores. Nos dois casos, empreendi estudos de viés antropológico, utilizando as técnicas de entrevistas em profundidade, com registros de histórias de vida e de narrativas de episódios mais significativos, além de pesquisa bibliográfica e documental em arquivos públicos e privados. Mineiros e camponeses foram estudados por mim em dois projetos distintos, respectivamente, em 2006-2007 e em 2010-2011. A primeira categoria foi tema de minhas pesquisas de mestrado e de doutorado (Cioccarì, 2004, 2010), nas quais abordei o cotidiano, a memória e, mais recentemente, a construção da honra numa comunidade de mineiros de carvão no Rio Grande do Sul. Isso significa que as entrevistas realizadas com o líder mineiro Gerino Lucas, de Butiá (RS), inserem-se num estudo etnográfico mais vasto sobre os trabalhadores das minas daquela região. De outro modo, os dois sindicalistas rurais cujas trajetórias são narradas aqui foram entrevistados por mim no âmbito de um projeto sobre a repressão no campo no regime militar, que envolveu pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, UFRJ, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

Ao esmiuçar as narrativas destes trabalhadores, procuro fornecer elementos sobre as diferentes formas de violência perpetradas contra membros das classes populares no país neste período, observando ainda as especificidades contidas nas suas trajetórias em diferentes segmentos e em distintas regiões do país. Mais do que fornecer os contornos de uma construção idealizada em torno de um heroísmo individual frente à repressão militar e/ou frente à opressão de patrões e proprietários rurais, este estudo procura evidenciar as estratégias de resistência – e, em alguns casos, de sobrevivência – de que lançaram mão os trabalhadores e seus líderes neste período sombrio da história brasileira. As narrativas evidenciam as complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora praticadas por latifundiários e seus capangas (neste sentido, ver Julião, 1962; Bezerra, 1979; Palmeira, 1979, Contag, 1980; MST, 1987; Cioccarì & Carneiro, 2010, 2012). Um panorama revelador e pungente é esboçado tanto nas entrevistas e relatos colhidos por mim mesma como por depoimentos fornecidos por interlocutores no âmbito do projeto “Memória Camponesa”, desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), Museu Nacional, UFRJ.¹

Outros aspectos que merecem ser enfatizados são as formas pelas quais, por meio das narrativas, estes trabalhadores reconstróem suas memórias individuais e coletivas (Halbwachs, 1990) e, ao descreverem seus percursos, suas vicissitudes e as tragédias que tiveram que enfrentar, refletem sobre sua própria identidade, re-criando sentidos em meio a lembranças de fatos muitas vezes inomináveis (Cyrułnik, 2009).

Como pano de fundo para as histórias registradas no meio rural, deve-se considerar que, muito antes do golpe militar de 1964, o campo já era marcado pela violência, que, na verdade, atravessou todo o processo de colonização do país. Como já registraram outros estudos, a violência privada sobre os trabalhadores rurais, antes e depois de 1964, envolvia desde assassinatos, espancamentos e prisões até outras mais sutis, cotidianas, que procuravam minar

a sua capacidade de resistência. Em algumas situações, tratava-se de agentes conhecidos, em outras, estes estavam cobertos pela impunidade. Em determinadas regiões, como na zona canavieira do nordeste, isso era facilitado pela concepção vigente de que, sendo trabalhadores que usavam como instrumentos de trabalho a faca e a foice para cortar cana, a única forma possível de fiscalização do seu trabalho era a coação, a possibilidade constante do uso da força.²

De forma similar, a associação das companhias carboníferas no sul do país com as forças policiais é antiga e acompanhou os primórdios da mineração de carvão no país, na virada do século XIX para o século XX. Viveria, porém, um momento privilegiado nos governos militares, quando teve novo impulso a perseguição aos mineiros “comunistas”, “subversivos” e “agitadores”. Os documentos escasseiam neste período e a maior parte dos interlocutores, tendo aprendido a conviver com o medo, prefere silenciar sobre suas lembranças. Nos poucos relatos dos que ousam falar, fica claro o temor e a desesperança incutidos naquele período com as notícias de prisões dos companheiros, detidos por agentes da repressão com a participação ativa e conivente das empresas de mineração. Como símbolo de tal aliança, em novembro de 1964, a mineradora Copelmi – que ainda explora carvão na Região do Baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul - seria condecorada com o “Diploma de Reconhecimento por Serviços Relevante Prestados”, concedido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).³

Como ocorreu em outras categorias, houve uma significativa retração das mobilizações dos mineiros gaúchos durante os chamados anos de chumbo. Ainda assim, a categoria realizaria uma greve em outubro de 1964, que resultou no aviso prévio de demissão de um grupo de trabalhadores de uma mina pertencente ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), em Minas do Leão (RS). Pistas presentes nas fichas funcionais a que tive acesso na sede da atual Companhia Riograndense de Mineração (que sucedeu o DACM) evidenciam que, para evitar as dispensas, os mineiros tiveram que alegar “arrependimento” por terem

participado da mobilização. Em seus relatos, os operários referem-se à greve, mas parecem sentir-se constrangidos em explorar pormenores do acordo que teria evitado as demissões (Cioccarri, 2010).

DOS SILÊNCIOS, DOS RELATOS E DAS TRAJETÓRIAS

Nos relatos dos trabalhadores que serviram de base a esta pesquisa nota-se, não raro, que certos detalhes de violências sofridas ou testemunhadas continuam a ser silenciados. Mesmo quando muitas coisas são relevadas, outras tantas continuam a ser caladas. Os estudos empreendidos por Pollak (1989), envolvendo as “memórias subterrâneas” de deportados na Alemanha e na Áustria, nos fornecem algumas chaves de leitura para compreender as condições de produção destes discursos e acerca das marcas comuns a estas narrativas. Conforme o autor, “o silêncio tem razões bastante complexas”, pois, para poder contar seus sofrimentos, “uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta” (Pollak, 1989, p.4). Como ele diz, nas lembranças há “zonas de sombra”, “silêncios”, “não-ditos”, de modo que as fronteiras entre esses silêncios e “não-ditos”, em relação ao esquecimento definitivo e ao reprimido inconsciente, não são estanques, mas ao contrário estão em perpétuo deslocamento (Pollak, 1989, p.6).

Considero que certas “zonas de sombra” mais claramente manifestas nos primeiros encontros entre antropólogo e pesquisados podem, em alguns casos, revelar-se em nova configuração no encontro seguinte. Se o narrador vier a sentir-se em confiança, poderá recontar a sua experiência com mais riqueza de detalhes e com uma desenvoltura até então inexistente, retomando aspectos que, inicialmente, só eram verbalizados de forma fragmentária ou hesitante. Não apenas o repetido contato com o pesquisador pode influenciar nesta mudança de postura, mas também o conhecimento de narrativas similares – escritas ou gravadas – feitas por outras pessoas que passaram por traumas semelhantes.

No caso dos perseguidos políticos do regime militar brasileiro, além do que acabo de mencionar, outros fatores contribuem para que, nos últimos anos, esse silêncio esteja

sendo rompido e para que haja certa profusão na divulgação das memórias em livros, filmes, exposições e debates. Deve-se considerar o interesse de amplas parcelas da sociedade em conhecer mais profundamente os fatos ocorridos neste período obscuro da história do país, e, do ponto de vista do Estado, a disposição política presente na última década não apenas no sentido de revelar, mas também de preservar estas memórias, por meio de iniciativas tais como o Programa Direito à Memória e à Verdade.⁴ Mesmo assim, para os trabalhadores que viveram na carne tamanho sofrimento, resgatar traços destas lembranças dolorosas significa simbolicamente atravessar a intimidação e o medo que, muitas vezes, continuam a assombrar o presente.

A dimensão individual e coletiva dos relatos de vida feitos por trabalhadores reveste-se de especial significação numa investigação deste tipo. Aspectos como a imagem e a estima de si, o reconhecimento, a consideração, assim como os atributos negativos – todos esses traços que demarcam a honra e traduzem uma reputação – afloram de forma privilegiada no discurso sobre si mesmo e sobre os outros. Quando se está, como aqui, tratando de relatos obtidos em segmento popular, há que se considerar o próprio significado – simbólico e político – que o ato de “tomar a palavra” para falar de si e de seu mundo carrega para um membro das classes trabalhadoras. Uma característica essencial da chamada “história de vida” é, justamente, a possibilidade de apresentar os atores a partir de sua própria perspectiva.⁵ Os estudos sobre biografias e autobiografias operárias, além das próprias, têm atestado essa importância.⁶

Desde meados do século XX, multiplicaram-se as coletas e análises de biografias, autobiografias, relatos e narrativas de trabalhadores, evocando tanto as peculiaridades das trajetórias individuais como a forma pela qual expressam pertencimentos sociais. Considero pertinente a abordagem de Bertaux, que propõe considerar as biografias “não como relatos de vida, mas como relatos de práticas”, entendendo que a interpretação deve se concentrar não sobre a “vida” como objeto único e do qual se procuraria extrair o sentido, mas “sobre as relações sociais e interpessoais” que entornam e penetram cada

indivíduo.⁷ Assim, os relatos de vida, para além do caráter de “história pessoal”, descrevem um universo social, revelando uma interação entre o eu e o mundo (Bertaux, 1999). Mas essas histórias também revelam a especificidades dos sujeitos e dos múltiplos contextos nos quais eles estão inscritos, traduzindo nas falas e nos textos o seu “direito à singularidade”, como bem definiu Verret (1996).

Considero, assim, que os relatos de interlocutores apresentados a seguir são, de certo modo, “representativos” do que ocorreu a muitos de sua geração, mas são, também, “singulares”, no sentido de que narram e representam à sua maneira fatos que dizem respeito tanto a tragédias pessoais como coletivas.

MARCOS MARTINS DA SILVA: SINDICALISTA FOI TRANCAFIADO NA “BENEDITA”, A CADEIA PRIVADA DE UMA USINA

Meu primeiro contato com o líder camponês Marcos Martins da Silva deu-se escutando seus depoimentos gravados no âmbito do projeto Memória Camponesa, disponíveis no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), no Museu Nacional. Sabia que aquele homem destemido – de uma voz aguda, marcada por um colorido sotaque pernambucano que tornava muito vívidas as suas denúncias –, havia sobrevivido, não se sabe como, a uma sucessão de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por parte de latifundiários. Sabia que, no presente, ele vivia numa espécie de exílio voluntário no interior de Goiás, onde apenas os amigos mais próximos tinham acesso, e que preferia resguardar-se de entrevistas e de uma exposição pública. Contatei-o por meio de amigos, de pessoas de sua confiança e, embora relutante a princípio, ele concordou em nos receber no sítio em que mora e em cujos caminhos nos perdemos algumas vezes até chegarmos ao destino.

Ali, ao ouvi-lo desde a primeira vez, foi possível entender a sua reclusão. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências fez com que, em diversas ocasiões, ele se recusasse a contar a sua história e a deixar-se

fotografar ou filmar. Estive na casa de Marcos por duas vezes. Na primeira, em outubro de 2010, fizemos uma longa entrevista sobre seus itinerários como sindicalista e sobre os dramas vividos a partir da perseguição de latifundiários, agentes da repressão e pistoleiros.⁸ Voltei a visitá-lo em fevereiro de 2011, quando passou a detalhar outros aspectos da sua trajetória, falando de forma mais desenvolta sobre aspectos que, na entrevista anterior, eram expostos com reticência. Na primeira vez, entreguei-lhe de presente a ele um livro de memórias do líder camponês Manoel da Conceição, do Maranhão.⁹ No segundo encontro, Marcos demonstrou que havia lido a publicação e fez comentários sobre o fato de que aquele sindicalista – que ele não conhecia pessoalmente, mas de quem ouvira falar – havia “passado por coisas ainda mais terríveis” do que ele mesmo passara. Como vim sugerindo, o conhecimento de outras memórias relativas à ditadura pode contribuir a que um ex-perseguido político compartilhe sua própria experiência, ao encontrar um eco para o vivido. Abre-se, assim, uma nova possibilidade de representação acerca do sofrimento que ficou encarnado no seu corpo e na sua alma.

“Ou renuncia ao sindicato ou morre!” A frase, dita por um policial à paisana, em meio a uma sessão de espancamentos, em 1963, nunca saiu da cabeça do líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), um ano antes. A trajetória de Marcos como sindicalista foi marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta tanto por parte dos senhores de engenho e seus pistoleiros como pela polícia – antes e durante o regime militar. Ele relata com riqueza de detalhes episódios que evidenciam a sua atuação combativa como líder sindical e o seu confronto com os patrões, vividos cerca de meio século antes.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão – município que ficaria conhecido pela atuação das Ligas Camponesas nos anos 50 –, Marcos começou a trabalhar aos sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Mesmo com as dificuldades para freqüentar a escola, pôde aprender a ler e a escrever. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma

campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembléia e falou em nome dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Na assembléia, defendeu a paralisação e recebeu o apoio da categoria. Estava decidido: se os patrões não pagassem, parariam tudo – “até o vento parava”, enfatizava. Naqueles dias, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No momento em que Marcos falou do direito dos camponeses ao 13º salário, o assessor de um usineiro replicou: “Mania de comunista...” O sindicalista reagiu: “O senhor é doutor?”, perguntou. “Sou”, disse o outro. “Então, deve conhecer a legislação que diz que o trabalhador rural faz jus ao 13º salário”. Marcos denunciou que os trabalhadores rurais não tinham nem folha de pagamento, o que era mais uma irregularidade. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam trinta dias para fazer a folha de pagamento. O sindicalista percebeu que isso não ia entrar em ata. “Na assembléia, vou depor aos trabalhadores que não vai ter documento. Pode botar na ata que constou tudo o que foi acertado”. O acordo foi então assinado.

Quando estava acabando o prazo, convocou outra assembleia para a deflagração da greve. Recordar-se de ter recebido então uma ameaça, que resumiu assim: “Se a greve for declarada, para os trabalhadores, bala. Pra mim, uma surra que não morro e não fico bom”. Na ocasião, ficou revoltado e quis saber se os senhores de engenho poderiam mandar esse recado também por escrito. Pouco antes da decretação da greve, foi abordado em sua residência por soldados à paisana. “Seu Marcos, o coronel da Secretaria da Segurança Pública, convoca o senhor para um entendimento”. Contava-me que embarcou no jipe e logo ouviu a ameaça:

Policial - O senhor sabe pra onde está indo?

Marcos - O senhor disse que íamos para a secretaria!

Policial - O senhor não vai voltar mais...

Relatou que o trajeto foi uma “guerra de nervos”. Sabia que aqueles homens queriam aterrorizá-lo. Mas ele ainda não conseguia pensar em coisa pior, pois considerava que o país estivesse vivendo numa democracia com o governo João Goulart. Essa sua primeira

prisão ocorreu em 17 de janeiro de 1963. O sindicalista contou que, depois de seqüestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: ‘Você vai renunciar ao sindicato: ou renuncia ou morre!’ Depois dessa “sessão”, os homens pretendiam levá-lo a um canal do engenho Espinho, mas se perderam em meio às plantações e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Nesta narrativa, ele revela uma forma pouco conhecida da violência praticada contra trabalhadores nas usinas: a prisão privada.

Me botaram num quarto incomunicável. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ - um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego. (...) Eles me dizendo: ‘No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata do Espinho...’

Como explica, era uma senha de que seria executado. O local ficava no arruado em que moravam os trabalhadores. O orifício da cadeia estava voltado para a vila operária. Segundo conta, foi isso que salvou a sua vida. Ele recorda-se que, daquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e pediu socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que lhe trouxesse lápis para que pudesse escrever um bilhete para ser levado ao sindicato. A menina teve medo: “Se eu fizer isso, eles vão me matar...”. Mas entregou-lhe um lápis. O sindicalista escreveu uma única frase num papel de embrulho que tinha consigo: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina disse que ia falar com sua mãe. Logo voltou correndo: “Mamãe arrumou um portador pra seu bilhete”. Narra que, ali, quando soube que a mensagem havia sido levada ao sindicato, voltou a ter esperanças de que iria sobreviver. Ficou naquele cubículo por mais de 24 horas. Assim que recebeu o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército, conhecido dos trabalhadores. A denúncia foi feita: “Nosso companheiro foi seqüestrado na usina Caxangá”.

Como explica o líder camponês, a ação produziu efeitos. Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a “Benedita”. O coronel do Exército falou com ele pelo orifício

da parede. “Quem botou o senhor aqui?” O sindicalista contou-lhe a história. A ordem era que ninguém tocasse num fio de cabelo dele. Marcos foi libertado no Colégio Agrícola da localidade e, debilitado pelos espancamentos, levou duas horas para chegar à sua casa. Quando se recuperou, convocou outra assembleia e relatou: “Quiseram me matar para não pagar o 13º salário!” Dizia que se morresse, o sindicato deveria continuar com a luta. Recorda-se que, enquanto ele falava, os camponeses levantavam as foices ao ar para mostrar a sua revolta e bradavam: “Eles têm bala, a gente tem foices!”

Segundo relatou Marcos, seu segundo sequestro ocorreu já no regime militar, por volta de 1966. Nesta época, ele estava defendendo um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Em nossa entrevista, contava que solicitou a um dos diretores do sindicato, Zé Severino, que convocasse uma assembléia, aproveitando que o interventor estava fora. “No outro dia, o Zé Severino foi expulso do sindicato.... e eu, preso na Polícia Federal”.

Deste episódio ele guarda igualmente imagens nítidas em sua memória. Lembra-se que estava em casa quando um jipe estacionou em frente. Um dos homens, à paisana, disse-lhe: “Seu Marcos, a gente estava passando por aqui e disseram que o senhor sabia onde era a sede do sindicato. Pode mostrar pra gente?” Ele foi andando ao lado do carro. Disseram que subisse, pois iriam mais depressa. O sindicalista notou que aqueles homens emudeceram tão logo ele subiu no jipe e logo se desviaram do caminho. Ainda tentou, a todo custo, protestar, mas foi calado com uma “gravatada na goela”. A partir daí, recebeu golpes de cotovelo nas costelas e no queixo. Um dos homens respondeu: “A gente é polícia especial, o senhor está sendo levado para um depoimento”. Ainda reagiu: “Se é polícia especial e faz isso, imagina se não fosse!”

Recorda-se que foi então algemado e teve os olhos vendados. “Me vendaram os olhos com uma lona preta que parecia ter saído de um poleiro de galinha de tão suja”. Depois de passarem por

dois portões, em local que ele desconhecia, entraram num compartimento e lhe indicaram uma cadeira. Só então lhe tiraram a venda dos olhos. Anos mais tarde, ele conseguiu identificar o lugar onde esteve preso. Era um túnel embaixo da linha de ferro de Jaboatão, que servia de local para ações da polícia. Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali um quartel. Naquele momento, a passagem de um trem, fazendo o chão tremer, trouxe-lhe a percepção de estavam junto a uma linha férrea. Marcos começou a ser interrogado:

Agente - Você é comunista?

Marcos - Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...

Lembrava-se da ordem do agente: “Você vai fazer a história do movimento sindical”. Soltaram a sua mão direita das algemas e lhe deram uma folha de papel e caneta. De novo, a ordem: “Vai escrever um histórico do movimento sindical, político e estudantil”. Com dificuldades na escrita, em função de sua precária escolaridade, Marcos limitou-se a escrever: “O sindicato é o departamento para defender os direitos dos trabalhadores”. Sobre o movimento estudantil, anotou que só tinha aprendido a assinar o próprio nome. E concluiu assim: “Político eu não sou. Só voto por dever de cidadão”. Quando entregou o papel, com as notas curtas, o policial lhe disse: “O senhor não sabe escrever muito não! Eu mandei lhe chamar para muitos testes, mas achei que o senhor fala a verdade”. À meia noite, ele foi solto. Sua precária escolarização parece ter frustrado os agentes, que esperavam encontrar um “quadro” político bem preparado.

O sindicalista contou que sofrera a terceira série de perseguições já na década de 80. Em 1980, o presidente do sindicato de Correntes, José Francisco dos Santos, tinha sido assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais discutiam com o advogado da entidade uma forma de obter a prisão dos criminosos. O assessor explicou que o promotor só podia fazer a acusação se dispusesse de uma peça denunciando o crime. Então, os líderes fizeram um ofício pedindo a punição dos matadores e do mandante. Marcos explicou que, naquele episódio, um fazendeiro “tinha uma questão com os moradores e botava o gado para destruir as plantações dos trabalhadores”.

O sindicalista Zé Francisco, conhecido como “Zé Vaqueiro”, ingressou na justiça contra o proprietário e venceu a questão. Em seguida, foi morto por pistoleiros. Tempos depois, como vingança, o filho de Zé Vaqueiro, Djalma da Silva, matou Edu Carlos Silva, jornalista que tinha fazendas na região e tinha sido o mandante do primeiro crime. Depois do crime, o rapaz se entregou à polícia. Marcos lembrava-se que o mandante havia comparecido ao velório de Zé Francisco, fingindo lastimar: “Mas como puderam fazer uma coisa dessas?” Suas manifestações pressionando para que houvesse justiça naquele caso o puseram novamente em situação de risco.

A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco... Aí me afastei. Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, o sindicalista saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Recordava-se que chegou lá num domingo. Na segunda-feira “já havia gente no canavial à minha procura”. O pistoleiro encontrou com um conhecido dele e mandou-lhe um recado: “Ele pode se socar num buraco de tatu, que nós o acharemos”. Marcos convenceu-se de teria que ir embora da sua terra: não podia medir forças com pistoleiros. Ficou ainda algum tempo trabalhando em Carpina, mas soube que lá também andaram à sua procura. Decidiu então sair de Pernambuco, em 1981. Desde então, passou a viver no interior de Goiás, numa espécie de clandestinidade forçada. Se os maus-tratos lhe imprimiram sequelas no corpo, as perseguições parecem ter deixado profundas marcas emocionais.

No entanto, ao decidir contar sua saga com tantos detalhes, Marcos já parecia ter saído

parcialmente de seu isolamento. Sua história, ao ser narrada, passava a ser elaborada de forma menos dolorosa, pois aparecia inscrita no interior de um conjunto de memórias de líderes camponeses do mesmo período, que viveram tragédias comuns, mas cujo resgate podia ser compartilhado com quem quisesse conhecê-las e estivesse disposto a aprender com elas.

MEMÓRIAS DA TORTURA: “NÃO SEI COMO NÃO MORRI, ANDEI PERTO DE MORRER”, CONTOU VICENTE POMPEU DA SILVA

Ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Ceará (Fetraece) e militante do PCB no Ceará, Vicente Pompeu da Silva concedeu-me a primeira entrevista em setembro de 2010, na casa de um de seus filhos, em Fortaleza.¹⁰ Com 85 anos na época, era desses homens cuja postura e narrativa traduzem a dignidade e a fibra dos velhos militantes, que não se rendem às perdas que tiveram. Havia estado à frente das mais importantes lutas dos trabalhadores rurais do Ceará e, por causa disso, foi preso várias vezes, torturado e, como disse, “seviciado” durante o regime militar.

Na ocasião de nosso último encontro, em fevereiro de 2011, passou a revisitar suas memórias e a revelar novos detalhes que não conhecíamos. Neste momento, traduziu todo o percurso de toda uma vida numa única frase: “Eu fui preso e torturado porque lutava, como luto ainda, pela reforma agrária. Por isso eles queriam consumir comigo, uma ignorância muito grande”. Páginas e páginas que se pudesse escrever provavelmente não fossem tão felizes em sintetizar a sua saga. Na ocasião, contou sobre uma carta que havia enviado à presidente Dilma Roussef – a quem considerava “uma companheira”, “uma lutadora”, como ele -, pedindo que ela se empenhasse em promover a reforma agrária no país. Quando nos despedimos, recebi de presente mangas, extraordinariamente doces, colhidas na propriedade dele e da esposa, e uma cópia do livreto de cordel sobre o PCB que ele havia escrito anos antes, quando fora candidato a deputado pelo partido. Aquele encontro também foi uma despedida. Pouco mais de um mês depois, tive a notícia de sua morte, ocorrida em 25 de março

de 2011.

Filho de camponês, Pompeu nasceu em Potengi (CE). “O pai tinha terra nas unhas, como eu”, definiu, durante a entrevista. A família mudou-se para Iguatu quando ele tinha três anos. Com sete, o menino começou a trabalhar na roça. Um dia, apareceu o pretense dono da propriedade, um coronel da aeronáutica, declarando que aquela terra tinha sido vendida. Desde pequeno, ele conheceu essa situação vivida pelas famílias de posseiros. Contou que foi à escola para aprender a cartilha do ABC e as quatro operações, mas nunca abandonou a leitura. Ao longo da vida, foi lendo livros sobre a classe trabalhadora, sobre as revoluções socialistas e também sobre religiões. Não fazia muito, parte de sua história havia sido publicada em *Vozes silenciadas*, organizado por Papito de Oliveira.

Desde a adolescência, Pompeu trabalhou na condição de meeiro numa propriedade alheia. Entre 1954 e 1963, fundou com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, entidade que depois foi transformada em sindicato, do qual ele foi o primeiro presidente, em 1962. Fazendo palestras, ia aglutinando trabalhadores e difundindo a importância da organização. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará. Conforme Pompeu, a palavra de ordem era a reforma agrária, “mesmo que não fosse radical, que fosse parcial, e para que os que trabalhassem para patrão tivessem a carteira assinada”.¹¹ Deve-se salientar que defender os direitos dos camponeses já era considerado, naquele contexto, como uma “subversão”.

Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, fundada em 19 de setembro de 1963, quando foi preso em 03 de abril de 1964 – três dias após o golpe militar. A cena descrita por ele é pungente. Recorda-se que, naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe porque não me encontraram”, contou. Destacava, no seu relato, o fato de que, um ano

antes da tomada do poder pelos militares, o movimento sindical havia conseguido reunir cerca de 2 mil trabalhadores na região de Iguatu para a escolha dos cem delegados ao Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac), em Fortaleza. Durante a ditadura, no entanto, centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia.

Na primeira vez em que foi preso, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores, onde se encontrou com figuras como os ex-delegados regionais do Trabalho Amadeu Arraes e Olavo Sampaio, e o advogado trabalhista e militante comunista Tarcísio Leitão, também presos. Menciona, em seu relato, que ali estavam detidos presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e professores. Relatou que, naqueles 45 dias em que ficou encarcerado, sua experiência como barbeiro ajudava os companheiros a manter uma aparência de dignidade. Quando foi solto, não cessaram as perseguições e as ameaças por parte da repressão.

Inúmeros episódios são referidos por Pompeu, pontuando aspectos das perseguições empreendidas pelos agentes da repressão. Recordava-se que, numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos tinham sido criados. Saiu de madrugada da casa e, desta forma, conseguiu fugir. Quando a polícia apareceu, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. Apavorado, o morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca mais o vi”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial em tom de ameaça. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar o café da manhã. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou. Ao relatar esse episódio, Pompeu comentava: “Já pensou, rapaz?! Ele morreu por medo de morrer!” No tom de estranheza que punha neste comentário ficava evidente o quanto

era fundamental manter-se vivo. Explicitava que sua obstinação era pela construção de uma vida melhor e mais digna para homens e mulheres do campo e da cidade.

Em seu relato, mencionou que, quando voltou à liberdade, já não encontrou mais nada da sede da federação que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio simples, que também servia de escola para crianças, foi demolido já nos primeiros dias do novo regime. Recordava-se que não ficou nenhum vestígio da construção. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele mesmo, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Contou que, ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Como se sabe, desde então, os sindicatos ficaram longo tempo manietados, sob intervenção, ou dirigidos por simpatizantes do governo. Os principais líderes estavam sendo perseguidos. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968, ficando cerca de seis meses em Moscou, onde fez cursos de formação política. Lá, Anita Leocádia Prestes, a filha de Prestes e de Olga Benário, foi sua tradutora. Mas ele chegou a aprender algumas palavras em russo: o suficiente para “pedir cerveja e ovos cozidos”, agradecer e, sobretudo, dizer “bom dia, camarada” e “boa noite, camarada”. “Tudo o que aprendi e sei de política devo ao partido”, comentava. Revelou que convivia com um grupo de cerca de 30 brasileiros usando codinome de Cazuzá.¹² Seu passaporte registrava que ele esteve em Portugal, na Suíça e na Itália, mas não na União Soviética. Contou que, ao passar por Roma, lembrou-se de comprar um retrato do Papa para levar ao Brasil. Com os religiosos, no entanto, tinha lá as suas discordâncias. Recordava que, certa vez, um padre lhe perguntou: “Acredita em Deus?” Pompeu respondeu: “Rapaz, eu não. Eu nunca vi Deus! A minha religião é ‘amar uns aos outros’.

Mas eu nunca vi Deus”.

Em seu retorno ao país, enfrentaria tempos difíceis. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão. Era abril de 1974 quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de “comunista”. Dali em diante, viveria a mais dura experiência de sua vida. Lembrava-se de ter sido colocado num avião da Base Aérea, “algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. Depois de três horas de vôo, o avião aterrissou no meio da mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Pelos ruídos do trânsito, perceberam que haviam chegado a uma cidade. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa pequena cela, no chão frio – “não tinha nada, muito menos colchão”.

Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório –, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

Explicou que, quando já estavam ensanguentados, eram pendurados em paus-de-arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Recordava que, numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas debaixo de um pé de manga. Ficou ali dependurado durante dez dias - quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo. “Amanhã é você”, diziam com sarcasmo. Quando parecia desmaiado, ouvia: “Mete o dedo no olho dele pra ver se ainda está vivo”. Com a sucessão de maus-tratos, durante a entrevista, quase 40 anos depois, Pompeu considerava um milagre que ainda estivesse vivo: “Não sei como não morri, andei

perto de morrer”, dizia. Nos interrogatórios, a pergunta repetida era se ele era comunista e se planejava atividades armadas.

Agente - Senhor Pompeu, o senhor quer fazer a revolução a mão armada?

Pompeu - Não, nem sei usar espingarda.

Agente - Mas sabe onde estão as armas?

Pompeu - Sei. Estão nas mãos da polícia – dizia, justificando que as únicas armas que já tinha visto nas mãos de trabalhadores eram a enxada, a foice e o martelo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida.

Posteriormente, em segundas núpcias, Pompeu se casou com uma viúva que vivia em terras que eram alvo de conflito. Certa vez, o pretenso proprietário enviou um pistoleiro para intimidá-los. Os vizinhos alertaram o desconhecido: “Cuidado, que o Pompeu é macumbeiro!”. Depois de ter enfrentado a ditadura, como comentou em nossa entrevista, não lhe parecia tão difícil assim enfrentar um pistoleiro. Pouco depois de ter se casado com a viúva, Pompeu entrou com uma ação de reintegração de posse e obteve a legalização da área. O grileiro recorreu da decisão, mas perdeu. A mulher de Pompeu, uma senhora de mais de 70 anos, morava lá desde os 11.

No caso de Pompeu, houve tempo para que, em vida, ele fosse beneficiado com a Lei da Anistia, obtendo um reconhecimento político do Estado brasileiro pelas prisões, torturas e perseguições a que foi submetido. Naqueles dias em que nos vimos pela última vez, ele planejava distribuir entre os oito filhos a indenização que recebera.

GERINO LUCAS FOI CONDUZIDO PELA POLÍCIA NUM CARRO DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO

A primeira vez em que encontrei o ex-

mineiro Gerino Lucas, na época com 77 anos, foi numa cerimônia realizada no sindicato da categoria, em Butiá (RS), que teve a participação de trabalhadores, de sindicalistas e do advogado que os assessorava. Aquele homem grisalho, de tez morena, que arrastava um pouco uma perna e usava um boné vermelho com inscrições do sindicato, teve seu nome mencionado algumas vezes nos discursos. Era reverenciado por seu exemplo como operário que honrava o ofício, por sua coragem nos movimentos grevistas e citado ainda como o trabalhador que moveu o primeiro processo previdenciário da região.

Num intervalo da cerimônia, eu o procurei para falar de meu interesse em entrevistá-lo posteriormente. Gerino já foi desfechando: “Eu vou te contar: a greve mais linda que eu fiz na vida...” E continuaria falando ali mesmo se não fôssemos interrompidos. Depois disso, estive duas vezes em sua casa, onde morava com a segunda esposa, duas das filhas e pelo menos sete netos, numa casa construída por ele – um de seus sonhos como trabalhador nas minas. No começo de janeiro de 2007, sob um calor escaldante, fizemos a primeira de duas longas entrevistas, só interrompidas por mim quando ele dava mostras de cansaço. Ele abria a conversa mencionando, a propósito da política nacional, os “barbarismos de pessoas que se trocam” por dinheiro. Depois, começava por mencionar as suas “brigas” no interior da companhia - a Copelmi, que sucedeu o antigo Cadem.

Eu denunciava aquelas coisas mal feitas. E eu dizia pros capatazes, aqueles que viviam sempre me prejudicando... a me prejudicar na minha produção, que eu era tarefeiro. E eu dizia pra eles: “Olha, vocês vão morar a vida inteira aí, num galinheiro desses que a companhia dá pra nós morar, agora, se Deus Nosso Senhor quiser, custe o que custar, eu vou fazer um barraquinho mais ou menos pra mim”. (...) E aí eu consegui. Consegui, não pude melhorar mais porque... [a companhia] sempre roubando, sempre roubando no nosso ordenado. Isso aí é um dos maiores banditismos que essa gente faz. Sô revoltado com isso aí!

Uma de suas “revoltas” era com a apropriação que a companhia carbonífera fazia do esforço

dos trabalhadores, pagando menos do que o operário tinha direito por sua produção. Denunciar “as coisas mal feitas”, revidar pela palavra à perseguição dos capatazes que se aliavam à empresa contra o trabalhador era parte de suas lutas cotidianas.

Nascido em 1929 numa família de agricultores sem propriedades no interior do Rio Grande do Sul, Gerino empregou-se numa ferrovia e, na seqüência, em minas de carvão. Contou que a mudança de vida foi motivada por uma praga de gafanhotos que atacou as plantações das quais o grupo tirava seu sustento. No final dos anos 1940, a família foi então morar em Arroio dos Ratos, a primeira cidade organizada em torno da mineração na região carbonífera do Baixo Jacuí (RS). Trabalhando primeiro como ferroviário, Gerino sustentava que não pretendia migrar para a mina – mantida pela mesma empresa -, pois considerava que “ir para baixo do chão” só mesmo “depois de morto”. Recordava-se que mudou de ideia ao comparar os ganhos e horas de trabalho das duas atividades. Logo nos primeiros tempos, empregado como ajudante de tocador de carro no subsolo, começou a “dobrar” fazendo duas jornadas diárias como forma de aumentar o ordenado. Volta e meia, envolvia-se em enfrentamentos – físicos inclusive – com as chefias para ter respeitados os seus direitos como trabalhador.

Depois, foi transferido para a mina da Copelmi no então distrito de Butiá, quando assumiu a função de furador ou patrão de galeria – atividade que o orgulhava devido ao seu domínio técnico para preparar os explosivos e para fazer a furação para retirada no mineral no subsolo. Contava-me que o “momento do fogo”, apesar do risco que engendrava, era o mais apreciado pelos mineiros. No seu caso, considerava que era muito difícil perder um “tiro”, conseguindo manter uma alta produção.

Logo nos primeiros anos em que estava na mina, Gerino aproximou-se do sindicato da categoria, apesar dos alertas dos colegas de que “aquilo era muito perigoso”, de que “o sindicato era lugar de comunistas”. A seu ver, era a companhia que transmitia essas idéias e que “ensinava tudo ao contrário para o operário vir sempre na mão dela”. Mencionava que as primeiras reuniões sindicais das quais participou resultaram em

tiroteio, porque a polícia interrompeu e disparou contra os trabalhadores sob a alegação de que os comunistas haviam invadido a sede do sindicato.

Gerino já ocupava a função de patrão de galeria na mina de Butiá quando comandou uma das principais greves da categoria no início dos anos 1960, que durou 45 dias. Cerca de 2 mil mineiros entraram em greve, mas o movimento parou também ferroviários e operários da usina termoelétrica, envolvendo cerca de 6 mil trabalhadores. Nessa ocasião, a categoria estava com dois salários em atraso, mais o 13º salário sem receber e pressionava por aumento salarial. A própria deflagração da greve contou com a atuação de Gerino que, neste momento, mesmo não sendo diretor do sindicato, solicitou a realização de uma assembléia, conforme as instruções que recebera do seu partido, o PCB, no qual passara a militar clandestinamente nesta época. No relato do ex-mineiro, sobressai a estratégia adotada para aprovar a greve num ambiente de profunda insegurança dos trabalhadores. Por orientação do partido, ele, que conduziria a assembléia e depois seria o presidente da comissão de greve, distribuiu pela sala sua “turma de fé”, de forma que quando levantasse a voz para defender a greve, estes companheiros fariam eco às suas palavras. A estudada distribuição espacial dos militantes transmitia a impressão de que os trabalhadores dispostos a paralisar as atividades eram muito mais numerosos do que de fato eram.

O movimento foi considerado vitorioso porque a categoria teve suas reivindicações atendidas sem o desconto dos dias parados. Nas palavras de Gerino, foi “a greve mais bonita” que ele fez na vida. Mas sua atuação em mobilizações deste tipo contribuiu para a imagem que a companhia carbonífera fez dele, de “um comunista”, utilizada também para justificar a sua prisão logo após o golpe de 1964.

Com o aprendizado obtido em sua experiência cotidiana e nas orientações do partido, Gerino ingressou na Justiça com diversas causas coletivas e individuais nas quais reivindicava direitos. Neste período, a sua condição de operário analfabeto já havia sido amplamente suplantada pelo conhecimento prático que ia obtendo e pelo que considera ser a sua coragem, habilidade e ousadia em enfrentar patrões e chefias. Ele me

contava que sempre teve “um jeito expressivo para certas coisas”.

Na mina da Copelmi em Butiá, ele assumiu a função de furador e depois passou a patrão de galeria, totalizando os 16 anos e meio de trabalho no subsolo. Recordava-se que, depois de entrar na “gaiola” para descer ao poço, era preciso andar cerca de dois quilômetros até a frente de trabalho, “carregado com ferramenta, com pólvora, com dinamite, um explosivo perigosíssimo”. Gerino assistiu a alguns acidentes de companheiros. A tristeza pela perda dos colegas e a revolta pelas condições da mina não parecem ter maculado seu “gosto” pelo ofício. Na descrição minuciosa de sua atividade, de seu “gosto” – e até mesmo “paixão” – pela profissão, da “adoração” pelos companheiros de trabalho, nota-se um profundo envolvimento com o ofício.

Em seus anos de trabalho, o trabalhador contraiu pneumoconiose – a doença pulmonar decorrente da inalação de poeiras minerais e orgânicas na mina. Mediante uma ação na Justiça por acidente do trabalho, movida em julho de 1971, obteve o reconhecimento da doença, como indicava o processo a que tive acesso nos arquivos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em Butiá. Meu interlocutor recordava-se que, entre seus companheiros de trabalho, muitos sofriam deste mal que, aos poucos, ia minando suas forças, por vezes fazendo-os lamentar o próprio ingresso no ofício. Como se sabe, a doença não tem cura e os sintomas – tais como extremo cansaço, tosse, dificuldades para respirar e dores nas pernas – agravam-se com o tempo.

O mineiro aproximou-se do PCB por intermédio de um amigo ferroviário, Procópio Farinha, que já era sindicalista e militante entre o final dos anos 1950 e começo dos anos 1960.¹³ As reuniões, com cerca de oito a dez companheiros, eram feitas geralmente à noite, na casa de Procópio.

Gerino - Se meu nome fosse aparecer como comunista, que eles [Cadem/Copelmi] desconfiassem que eu era comunista, eu não tava aqui. Eu tenho certeza que eu não tava aqui. Eles tinham mandado me consumir. Que logo que eu cheguei nesta mina, por qualquer coisinha que eles não se agradavam do cara, eles mandavam... A polícia tudo era mandado por

eles, tudo era mandado por eles. [A polícia] Fazia o que a companhia mandava. Então, agarravam e consumiam com o cara, mandavam consumir e eles consumiam...

- A companhia de carvão ajudava nisso?

Gerino – Sim, a companhia de carvão é que mandava consumir! A companhia, né. É porque aqui no quadro quem mandava era ela. Então... aí então eu fazia meu trabalho assim por baixo do poncho, como se diz.

De tempos em tempos, participava de atividades do PCB em Porto Alegre, nas quais estavam presentes “delegados” de diferentes segmentos profissionais. Ao representar as minas de Butiá, era questionado pelos companheiros sobre a forma de extração do carvão, a rotina da produção e as relações de trabalho. “E aí a gente trazia as cargas, como se dizia, que é como que tinha que funcionar, pelo que nós tínhamos que lutar”. Essas instruções, as “cargas”, lhe serviam de conhecimento na condução de mobilizações da categoria. Como o partido estava na clandestinidade neste período eram adotadas precauções para que os militantes não identificassem o local das reuniões.

Quando mencionou as “cargas” que recebia dos líderes partidários, perguntei-lhe se tinha guardado algum documento daquele período. Contou-me então que “não teve estudo” e que “nunca tinha ido ao colégio”, explicando que havia passado a infância numa área rural que ficava longe da escola. Seu pai, agricultor, exigia que os filhos se dedicassem somente ao trabalho, considerando que, em sua própria experiência, “o estudo não fazia falta”. Gerino me contava isso com tristeza, afirmando que a vida lhe mostrou o contrário: não ter estudado lhe fazia “muita falta”. Tentou aprender a ler e a escrever depois de adulto, mas não conseguiu perseverar. Nos primeiros tempos na mina, lamentava sua condição de analfabeto:

Nos primeiros anos eu me sentia mal, achava que era inferior às outras pessoas por não saber ler e escrever, que eu era inferior às outras pessoas. Então, isso tudo eu tive comigo. Depois é que fui perdendo aquele... aquele complexo, que as coisas não eram assim. E eu fui sempre muito destacado assim, pra saber as coisas que eu não sabia, as coisas que eu me interessava.

Os companheiros foram me dando coragem. “Não, companheiro, não. Não é assim como tu tá pensando. Tu não tem leitura, tu não tem assim estudo, mas tu é uma pessoa muito inteligente e tu compreende bem as coisas. Mesmo assim, tu tem condições de ser muito mais, muitas vezes mais do que outros que têm estudo”. E aí eu cheguei à conclusão de que eu alcancei isso aí.

Foi o engajamento político e a atuação nas mobilizações da categoria que lhe forneceram o sentimento de dignidade. Por outro lado, acreditava ter sido a sua participação nas greves que levou a empresa a desconfiar que era comunista. Contava ter “sentido o cutuco” de que a companhia queria “consumir com ele”. Sugeria que essas desconfianças tinham surgido por causa do seu “jeito”, de seu “sistema ou maneira de atuar”, da “coragem” que ele tinha para enfrentar os patrões.

Então eles achavam... eles conhecem, eles cuidam, eles sabem como é. Só quem tem essa qualidade mesmo assim, na maioria, não desfazendo de todos, não desfazendo da minha própria classe, mas quem... quem tem essa maior liberdade, essa coragem, são os comunistas. Os comunistas. Então, eles acharam que eu era comunista como de fato eu era! Só que eu não era fichado em partido nenhum, eu não podia. Mas certo é que... me custou uma cadeia mesmo assim.

Frequentemente, orientava companheiros de trabalho sobre como se defender de perseguições de chefias. Depois do golpe de 1964, sentiu o cerco se fechar. “Eles [a polícia] começaram a fazer prisão em tudo que era lugar, por tudo quanto era recanto”, contou. Gerino sabia que havia companheiros de trabalho que, para fazerem “mídia” com as chefias, delatavam os militantes.

E eles iam pegando aqueles veteranos, aqueles mais... Eles iam pegando. E aonde chegou a minha vez! Aqui nós fomos [presos] em sete companheiros. Aí chegou a minha vez! Eu sabia que ia chegar. Porque (...) naqueles levantes que o Brizola deu (...) eu cheguei a botar meu nome como voluntário por duas

vezes. Isso aí eu botei. Então, era assim, eu não era costa curta.

Nesta passagem, Gerino referia-se aos Grupos dos Onze, cuja criação foi inspirada por Leonel Brizola. Entre os sete encarcerados pelo regime naquela ocasião, em Butiá, estavam outros quatro mineiros, um ferroviário (Procópio Farinha que Gerino chama de “compadre”) e um bancário.¹⁴

Ele guardava nitidamente em sua memória os acontecimentos do dia 21 de abril de 1964, quando a polícia chegou à sua casa. Devido ao feriado, estava em casa, descansando depois de um almoço em família. Havia recebido a visita do pai, da mãe “de criação” e do irmão. Havia almoçado uma “galinhada com arroz” e tomado cervejas e refrigerantes. Foi quando Gerino falou do risco de ser preso: “Olha, quero dizer uma coisa pra vocês: se prenderem alguém aqui no Butiá, eu também vou ser preso, também vou”. Preocupado, o pai indagou: “Mas como tu sabe disso, meu filho?”

“Vocês não dão por surpresa... E também tem uma coisa: eu tenho um bom ordenado na mina, eu não devo nada pra ninguém e tem esses dois porcos gordos aí que estão prontos pra matar”, digo, “e se eu tirar lá [na prisão] uns três meses, não precisa se preocupar com conta minha, não precisa ficar devendo nada pra ninguém”. E aí o velho [seu pai] ficou muito aborrecido. Sei que eu terminei de dizer aquilo, bateram lá na frente. Estava um dia enjoado assim, meio friozinho, um vento antipático. (...) Eu vivia com uma companheira. Ela foi lá e olhou. E vi quando [alguém] perguntou assim: “O dono da casa tá aí?” Ela disse: “Tá”. “Chama ele aqui que nós queremos falar com ele”. Eu disse: “É a Polícia! É a minha vez agora. É a minha vez...”

Quando Gerino apresentou-se, viu dois homens com revólveres na mão. Perguntou do que se tratava e foi logo desfechando: Por acaso ele havia roubado? Matado alguém? Afinal, que perseguição era aquela? Continuou falando: por que estavam com as mãos nos revólveres? Achavam que ele iria “disparar”? Diante do silêncio, avisava que “nunca havia disparado de nada”, exibindo a sua valentia diante da abordagem sinistra. Então, um policial falou:

“Não, não, calma, que o teu caso é outro. Nós estamos aqui porque tu tá enquadrado em ato subversivo! Nós queremos fazer uma revista na tua casa”. Gerino retrucou: “Eu vou destacando que o que eu tenho é meu, e muito bem havido. Não tenho nada de mal-havido, tudo meu é pago e não devo nada pra ninguém!”

Então, os policiais perguntaram se ele tinha uma arma em casa. A resposta: “Eu não tenho! Vocês deixam onde tão as armas e vêm procurar em casa de operário que trabalha... que trabalha de noite pra comer de dia?!” E continuou: “O que eu sei é que os destacamentos estão nas mãos dos fazendeiros!” Relatou que os policiais começaram a revistar o guarda-roupa, sob os protestos dele e da mulher. Numa das portas, dentro de uma pasta, Gerino havia escondido o revólver carregado e uma caixa de balas. Achava que, como havia negado, ia ser pego numa mentira e até havia pensado numa explicação: “Eu tinha [esse revólver], era meu, mas não é mais meu, tô com ele vendido a troca de bóia pros bichos, comida pros meus bichos!” Um pouco atrapalhados pelos protestos dele e da mulher, os policiais não viram a pasta. Enquanto saíam para o quintal, o mineiro pediu para seu irmão enrolar a arma e enterrá-la.

Nesta revista, os policiais encontraram um pequeno livro de um discurso de Luís Carlos Prestes. Perguntaram: “É comunista?” Respondeu: “Não sou comunista!” “E como o senhor tem esse livro?” Gerino alegou que o filho tinha ido para a escola e alguém que ele não conhecia havia lhe mandado. Como não conhecesse a pessoa, guardou aquilo. Acreditava que estava se saindo bem nas respostas, mas o policial lhe disse: “É, vai ter a bondade de nos acompanhar!” Deram-lhe alguns minutos para que trocasse de roupa. Recordava-se que, quando estavam descendo as escadas da casa, um dos policiais disse-lhe, com risinho sarcástico: “Estou gostando do chinesinho!” Chamavam-no de “comunista” por referência à China de Mao-Tse-Tung. Passou-lhe pela cabeça que se reagisse à provocação seria morto. Decidiu então manter o sangue-frio: “Enquanto não me cuspirem no rosto e não me trazerem o nome da finada da minha mãe... vai indo”, pensou. Ele me explicava que, nesses casos, podia até perder a vida, mas os enfrentaria. Seriam afrontas muito sérias à

sua honra, coisas que um homem não poderia engolir. Viu que os carros que participavam da operação estavam ligados à companhia: um deles era normalmente usado pela empresa para transportar vítimas de acidentes; o outro pertencia a um dos chefes da mina.

Levado a Porto Alegre, o mineiro passou 38 dias detido com outros 480 presos políticos no espaço de uma instituição para menores infratores que lhes servia de cárcere. Entre os prisioneiros, havia algumas mulheres. Ali, os militantes driblavam a vigilância para discutir questões políticas e compartilhar notícias sobre possibilidades de libertação. Em alguns momentos do dia, eram levados para interrogatório. Das questões que lhe foram feitas, recordava-se especialmente de duas: A que organização ele pertencia? Por que era contrário à companhia? À segunda questão, respondia que “não era contrário”, pois seus patrões “tinham lhe dado trabalho”, mas “não aceitava trabalhar e ser ludibriado no ordenado”.

Como o grupo preso em Butiá tivesse sido liberado depois de alguns dias, espalhou-se a notícia de que, daquela cidade, não haveria ninguém mais a libertar, embora Gerino ainda permanecesse preso. Seu irmão e sua companheira se mobilizavam pedindo sua libertação. Ele acreditava que “iriam consumir com ele”. Quando foi solto, após 38 dias, voltou a trabalhar na companhia. Naquele período, havia ficado sem salário, de forma que precisava trabalhar intensamente. Notava, porém, que estava sendo vigiado. Tinha menos liberdade para discutir com os capatazes e sentia-se “perseguido”. Pode-se dizer que era um preço a pagar pela liderança que havia conquistado entre os operários.

Nunca tive essa derrota comigo de me arrepender do que eu fazia. Nunca, nunca tive isso aí. Mas eu sentia assim... aqueles outros operários que eram pelegos, puxa-sacos, esses eles tratavam de outra maneira, e a gente esses eles tratavam de outra maneira. Não era igual aqueles pra eles, pra companhia.

Ele continuou a participar das mobilizações e lutas dos mineiros mesmo após a aposentadoria. Em 2006, pouco antes das nossas entrevistas, o

ex-mineiro recebeu o reconhecimento oficial de sua condição de preso político, primeiro por parte do governo do Estado do Rio Grande do Sul, depois, pela Comissão Nacional da Anistia, do Ministério da Justiça, tendo recebido uma indenização pelos danos que sofrera.¹⁵ Neste período, já vinha lutando contra um câncer, que acabou por vitimá-lo anos mais tarde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos primeiros contatos à realização das entrevistas ficaram claras para mim, na interação com estes três interlocutores, tanto a riqueza de suas trajetórias como sua intensidade expressiva (no sentido de Bourdieu, 1997). Como se referiu Gerino Lucas, numa das entrevistas: “Sempre tive um jeito expressivo para certas coisas”. Ao carisma e expressividade destes três personagens para mobilizar seus companheiros e coragem para tecer as formas de resistência à repressão vivida no regime militar, há que se acrescentar outra forma de expressividade, que figura em suas falas, em suas narrativas, desenhando os caminhos tortuosos de seus itinerários, e que se tentou respeitar, na medida do possível, na construção deste texto. Pode-se, portanto, considerar o empreendimento deste artigo em suas dimensões: a primeira no que representa de testemunho sobre um doloroso período da história brasileira, aportando informações e perspectivas menos conhecidas; a segunda, sobre o próprio processo de reconstrução destas memórias pelos narradores.

As trajetórias dos líderes camponeses Vicente Pompeu da Silva e de Marcos Martins da Silva traduzem vivamente o que foi a perseguição aos trabalhadores rurais numa das regiões que registrou a repressão mais perversa durante o regime militar. Como se abordou em estudos anteriores, a imagem do nordeste como uma “região perigosa”, marcada pela atuação das Ligas Camponesas e pelo florescimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, criados sob a influência comunista ou da Igreja Católica, se desenhava no momento em que os trabalhadores obtinham avanços importantes em sua organização (Cioccarri; Carneiro, 2010). Os relatos reunidos neste artigo evidenciam de forma contundente que a própria defesa dos

direitos dos camponeses, após o golpe militar, passou a figurar como “subversão”. A partir disso, a repressão mais brutal encampada pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais se voltou contra os trabalhadores do campo e seus líderes. As histórias de Vicente Pompeu e Marcos Martins representam, assim, muitas outras trajetórias de camponeses que viveram tragédias comuns. Mas suas narrativas carregam um ponto de vista singular, atravessadas por lembranças e sentimentos heteróclitos, envolvendo dignidade, coragem, medo, dor, revolta, solidão. São memórias que ainda lutam contra o esquecimento.

Do mesmo modo, no caso do líder mineiro Gerino Lucas – que relata desde a sua condição de operário analfabeto até o momento em que se torna um líder de sua categoria –, tratou-se aqui de dar voz a quem narra esta construção de si, permitindo o afloramento de novos sentidos nas suas memórias, atravessadas pela densidade destas lembranças. Na trajetória deste mineiro gaúcho, a prisão, ocorrida durante o regime militar, inscreve-se no interior de um conjunto de intimidações e repressões cotidianas operadas pela companhia carbonífera, em muito similar à relação a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais e seus líderes, na região nordeste do país.

Nestas interações vivenciadas durante a pesquisa, deve-se observar que havia sinais de uma “resiliência”, no sentido que Cyrulnik (2009) atribui a este termo, considerando que o relato não é uma volta ao passado, mas uma reconciliação com a própria história. Nas palavras do autor, “todo relato é um projeto de libertação”, pois o modo de narrar a própria história participa da estruturação dos sentimentos que cada um experimenta acerca do vivido. (Cyrulnik, 2009, p. 11, 153). Assim, os relatos concedidos no âmbito desta pesquisa sobre a repressão no campo durante o regime militar parecem ter contribuído, direta ou indiretamente, para que estes interlocutores reelaborassem acontecimentos traumáticos vivenciados no passado e que lhes imprimiram, em maior ou menor medida, seqüelas emocionais. Segundo as pistas obtidas nestas interações, a narração e a escuta destas histórias permitiu que tais lembranças fossem, de certo modo, reelaboradas, ao serem inscritas num conjunto de histórias

de líderes camponeses do mesmo período que viveram violências similares.

Pode-se pensar que o próprio pesquisador, ao escutar estes relatos, converte-se em testemunha, no sentido adotado por Jeanne Marie Gagnebin (apud. Capelato, 2008), a propósito das narrativas de sobreviventes de campos de concentração. A autora propõe um alargamento do uso do termo, considerando como “testemunha” não apenas aquele que viu com seus próprios olhos determinado fato, mas contemplando ainda “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro”. (Gagnebin apud. Capelato, 2008, p. 504). A escuta destas histórias, assim como o trabalho de escrita, alçaria assim também o antropólogo à condição de testemunha, propiciando o compartilhamento e o revezamento das palavras e das memórias vividas.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, D. L'Approche biographique. Sa validité méthodologique, ses potentialités, in : *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXIX, n 2, Juil. 1980- Déc., pp. 198 - 225.

_____. *Les récits de vie*, Paris, Nathan, 1997.

BEZERRA, G. *Memórias*. Primeira parte: 1900-1945; Segunda parte: 1946-1969, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BURNETT, J.; VINCENT, D. & MAYALL, D. (eds.). *The autobiography of the working class: an annotated bibliography*. Brighton, The Harvester Press, 1984, 3 v.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes em co-edição com IBASE, 1985.

CAPELATO, M.H. R. Ditaduras do Cone Sul: memórias traumáticas e conflitos de memória.

- In: *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil. Montenegro, A. et al. Recife: EDUFPE/Cuiabá: EDUFMT, 2008.
- CASSEL, G.; VANNUCHI, P. Apresentação. In: Cioccarì, M.; Carneiro, A. *Retrato da repressão política no campo*. Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.
- CHEVALIER, Y. La biographie et son usage en sociologie. *Revue française de science politique*, Année 1979, v. 29, n.1, p. 83-101.
- CIOCCARI, M.; CARNEIRO, A. *Retrato da repressão política no campo*. Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.
- CIOCCARI, Marta. *Ecoss do subterrâneo: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- CIOCCARI, M. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão*. 522 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- CONCEIÇÃO, Manoel da. *Chão de minha utopia*. SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. 1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- CYRULNIK, B. *Autobiografia de um espantalho*. Histórias de resiliência: o retorno à vida. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DREYFUS, M., PENNETIER, C. ; VIET-DEPAULE (orgs.). *La part des militants: biographie et mouvement ouvrier*. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 1996.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOFF, G. N. *Butiá: em busca de sua história*. Arroio dos Ratos, RS: PBS Gráfica e Editora, 1992.
- JULIÃO, F. *Que são as Ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1962.
- KOURY, M. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974*. 370 p. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos, 2010.
- LEITE LOPES, J.S. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo/Brasília: Ed. Marco Zero e Ed. Universidade de Brasília, 1988.
- MALVA, Constant. *Ma nuit au jour le jour*. Paris: Ed. Maspero, 1978.
- _____. *La nuit dans les yeux*. Bruxelles/Paris : Éditions Labor/Fernand Nathan, 1985.
- MADEIRA, R. Gênese sindical sob a marca da repressão. *O Povo*. Fortaleza, Ceará, terça-feira, 20/04/2004, p. 4.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.
- NAVEL, Georges. *Travaux*. Paris: Gallimard, 2004.
- OLIVEIRA, P. de (org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.
- PALMEIRA, M. Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.1, p. 41-56, 1979.
- PASSERON, J.C. 1990. Biographies, flux,

itinéraires, trajectoires. *Revue de sociologie française*, v. 31, n.1, p. 3 – 22.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 3-45.

SECRETARIA ESPECIAL dos Direitos Humanos. *Livro-relatório Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: 2007.

Entrevistas e depoimentos

LUCAS, Gerino. Entrevistas concedidas à autora, em 2006 e em 2007, em Butiá, Rio Grande do Sul.

SILVA, Marcos Martins da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa de Pernambuco, realizado em Carpina, 2005. DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SILVA, Marcos Martins da. Entrevista à autora concedida no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Goiás, outubro/ 2010.

SILVA, Vicente Pompeu da. Depoimento no Seminário Memória Camponesa do Ceará, realizado em Fortaleza, em 2007, DVD. Arquivos NuAP, Museu Nacional, UFRJ.

SILVA, Vicente Pompeu da. Entrevista concedida à autora no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade, em Fortaleza (CE), setembro/ 2010.

Notas

1 Os sindicalistas rurais ouvidos nesta pesquisa concederam-me entrevistas no âmbito do projeto que desembocou na publicação *Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985, Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Direitos Humanos, em 2010 (Cioccarri; Carneiro, 2010), que contou com a supervisão do antropólogo Moacir Palmeira. O ex-mineiro de carvão do sul do país, cuja trajetória é referida neste trabalho, forneceu-me duas longas entrevistas durante minha pesquisa de doutorado sobre a construção da honra naquele universo de trabalhadores (Cioccarri, 2010).

2 Ver o estudo *Violência no campo*, 1985, p. 8-9.

3 Nos arquivos abandonados pela companhia, aos quais eu tive acesso num velho depósito improvisado por uma historiadora local, uma carta da empresa à

ADESG, em 16/12/1964, manifesta a gratidão pela honraria concedida.

4 A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos assumiu o encargo de “reconhecer formalmente, caso a caso, a responsabilidade do Estado pela morte de opositores ao regime militar em decorrência da ação de seu aparelho repressivo, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização dos restos mortais” (Cassel; Vannuchi, 2010, p. 9). Esta Comissão publicou, em 2007, o livro-relatório de suas atividades dentro do Programa Direito à Memória e à Verdade.

5 Para Becker (1993), a história de vida compartilha com a autobiografia “sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa e sua postura abertamente subjetiva” (Becker, 1993, p.102).

6 Ver Burnett, Vincent & Mayall (1984), Dreyfus, Penetier & Viet-Depaulle (1996), Malva (1978, 1985), Navel (2004), entre outros. Burnett, Vincent & Mayall (1984, p.xvii), por exemplo, observam que “todas as autobiografias representam uma espécie de triunfo sobre a adversidade”: refletem e estimulam o crescimento da auto-reflexão e do auto-respeito entre membros da classe trabalhadora.

7 Bertaux apud. Chevalier, 1979, p.97-98.

8 Como dito antes, este projeto foi desenvolvido no segundo semestre de 2010 por pesquisadores do PPGAS-MN-UFRJ, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e culminou com a publicação do livro *Retrato da Repressão no Campo, Brasil 1962-1985, Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, do qual sou co-autora, publicado no mesmo ano. Uma versão parcial do relato de Marcos Martins da Silva foi publicada neste livro.

9 Tratava-se da reedição das memórias de Manuel da Conceição, no livro *Chão de minha utopia* (2010).

10 As entrevistas realizadas com Vicente Pompeu também se inserem no projeto de pesquisa sobre a violência no campo no regime militar, envolvendo pesquisadores do PPGAS-MN-UFRJ, numa iniciativa do MDA e da SEDH.

11 Relato ao jornalista Raimundo Madeira, de *O Povo*, em 2004.

12 Em conversa informal, em setembro de 2011, durante o lançamento da nova edição das *Memórias*, de Gregório Bezerra, no Rio de Janeiro, a historiadora Anita Leocádia Prestes confirmou que se lembrava do período em que o líder camponês conhecido como “Cazuza” esteve em Moscou, mencionando ainda que ele participou de cursos de formação política ministrados pelo partido.

13 Fundador do PCB em Butiá, em 1943, Procópio Farinha, agente da viação férrea, liderou greves na região mobilizando ferroviários e mineiros. Ver Hoff, 1992, p. 245-246.

14 Os nomes de que Gerino se recordava são: Procópio Farinha (ferroviário), Zequinha (mineiro), Anolino Viana (mineiro), Custódio Martins (bancário) e o “castelhano” Adão Cecílio.

15 Gerino Lucas foi indenizado pelo Estado do Rio Grande do Sul nos termos da Lei n.º 11.042/97,

completada pela Lei n.º 11.815/02, dizendo respeito a pessoas que foram presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos, entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Ver: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/indenizacao.htm>, acesso em 10/09/2011. Ele foi beneficiado pelo decreto Nº 40.139, de 19 de junho de 2000, sob o número de expediente 6869-12.00/98.9. Ver: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_To d a s N o r m a s = 3 1 8 7 & h T e x t o = & H i d _ I D N o r m a = 3 1 8 7. Acesso em 10/09/2011. Em 12 de abril de 2006, em sua 27ª sessão, a Comissão Nacional da Anistia, do Ministério da Justiça, deferiu o requerimento de número 2003.01.25664, apresentado pelo ex-mineiro, havendo também o reconhecimento da União neste caso.

